



ATA - 02ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2023. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 07 de março de 2023, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google Meet, realizou a 02ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura de Oliveira Rodrigues. A 02ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Débora Barbosa, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família; a Conselheira Suplente Monique Meneses D'Avila, representante da Secretaria de Estado da Saúde; a Conselheira Titular Gláucia de Oliveira Assis, representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC e a Conselheira Titular Rachel Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura. Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Francine Costa e sua Suplente Fernanda Cardozo, representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Rosaura Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Associação Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Rosemeri Prado e sua Suplente, Liliana Piski Maes, representantes da Central Única de Trabalhadores - CUT/SC; Conselheira Titular Romi Ruff, representante da BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Fpolis; Conselheira Titular Erli Aparecida Camargo, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages e Conselheira Titular Daniele Soares, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC - FEATESC. **Justificaram a ausência**: Conselheira Titular Júlia Melim, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Titular Patrícia Zimmerman e sua Suplente Fernanda Vieira, representantes do Colegiado Superior de Estado de Segurança Pública e Conselheira Titular Aline Pallaoro, representante da Secretaria de Estado da Saúde. Participaram ainda, enquanto convidadas: a nova Secretária de Estado da SDS, Sra. Alice Kuerten; a futura Conselheira Titular Viviane Silva, representante



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

da Secretaria de Estado da Educação; a futura Conselheira Titular Luciane dos Passos, representante da Secretaria de Estado da Administração; a futura Conselheira Suplente Denise Paes, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul -Seção Lages; a nova Diretora de Direitos Humanos da SAS, Ana Carolina de Castro Freitas Santos e a servidora da Secretaria de Administração Prisional (SAP), Silvia Cantarino. A 02ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2023 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 01ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 07 de fevereiro de 2023; 4. Relato - Emendas Impositivas e atualização sobre tramitação do processo do Curso de Formação de Conselheiras; 5. Planejamento posse das novas Conselheiras; 6. Retorno reunião Secretária Carmen Zanotto; 7. Retorno Projeto Reforma Administrativa; 8. Comissões: 8.1 Comissão de Comunicação; 8.2 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento; 8.3 Comissão de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; 8.4 Comissão Eleitoral; 8.5 Comissão de Formação; 8.6 Comissão Intersetorial - Pacto Estadual Maria da Penha; 9. Informes Gerais; 10. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Rosaura agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. A secretária Alice Kuerten esteve presente no início da plenária para saudar as Conselheiras pelo Dia da Mulher. Carol informa às Conselheiras presentes que a reunião ficará gravada no drive do email do Cedim. Após, Carol passou para o item **3. Aprovação da Ata da 01ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 07 de fevereiro de 2023.** Sem objeções, a Ata da 01ª Reunião Ordinária foi aprovada. Ato contínuo **4. Emendas Impositivas e atualização sobre tramitação do processo do Curso de Formação de Conselheiras.** Débora (4 min) relata que o novo gerente da GECON, o Felipe, respondeu ao processo no Sgpe, relatando o passo a passo de como utilizar as emendas em 2023 conforme discutido na plenária passada. Débora se comprometeu em encaminhar cópia deste documento para as conselheiras. Débora também informou que já elaborou um Plano de Ação com o cronograma de todas as tarefas que precisarão ser feitas até a data de início do curso. Débora também ressalta que já começou as devidas alterações e atualizações no Termo de Referência e já apresentou a minuta para análise



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

da nova diretoria da ENA, como por exemplo passar para a contratada a responsabilidade por mobilizar as alunas pré-inscritas e a parte da coordenação pedagógica, que permaneceria o nome da Gláucia, porém que pudesse ser remunerada. Débora relata que a ENA fez alguns apontamentos em relação à nova minuta do Termo de Referência, como por exemplo: a diminuição do número de alunas por turma, ao invés de 95 passar para 35 porém isso aumentaria o número de turmas, passando de 07 turmas para 19 no total. Débora também destaca que foi sugerido que a aula inaugural seria de modo híbrido. Débora também informa que o Felipe fez algumas considerações sobre a nova minuta tais como não indicar o nome das professoras e sim a formação necessária. Após todas essas alterações já realizadas, o processo foi encaminhado para análise do Gabinete da SAS. Paralelo a isso, Débora diz que está mantendo contato com a ENA para ajuste das alterações feitas como o pedido de orçamento para *coffee break* para as aulas inaugurais para que a ENA possa providenciar os orçamentos. Rosaura levanta três questionamentos: 1) O prazo de execução deste novo Termo de Referência/vigência do contrato; 2) O porquê de 35 alunas por turma e não mais do que isso? Rosaura questiona isso pois demonstra preocupação com as professoras, tendo em vista que 19 turmas levaria praticamente o ano todo o curso e isso demandaria ainda mais tempo desse corpo docente 3) Se pode incluir servidores públicos da rede estadual nas outras turmas, se poderia mudar o objeto do TR? Em relação ao primeiro questionamento Débora informa que o prazo para execução é até 31/12/23 e a Diretora Ana Carolina reforça que é possível fazer um aditivo de contrato caso a execução já inicie em 2023. Sobre a quantidade de turmas, Débora irá consultar a ENA para tentar diminuir esse quantitativo e também será feita uma consulta com as professoras a esse respeito. Rosaura ressalta que caso tenha que abrir a contratação de mais professoras para o curso, será necessário deixar bem alinhado o critério de escolha do corpo docente, pois não é um curso de capacitação, é um curso de formação política. Sheila pontua que caso se amplie o público do curso para agentes públicos, será necessário transformar o curso em dois momentos, pois o corpo docente precisará ser diferenciado para cada público. Sheila também questiona as aulas híbridas, se esse formato não irá prejudicar as alunas que



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

residem longe da Grande Florianópolis. Erli ressalta que a comissão de formação teve papel importante na construção do Termo de Referência inicial e que o objetivo do curso deveria ser mantido, que é capacitar conselheiras e mulheres que têm a pretensão em criar conselhos e não concorda em abrir o curso para agentes públicos. Em relação ao critério de escolha das professoras, Erli pontua que o critério não pode ser alterado assim como o programa de ensino. Além disso, Erli questiona o curso passar a ser híbrido, tendo em vista que além da dificuldade das alunas virem até a capital, acredita que a prestação de contas por parte da ENA, em relação ao *coffee break* por exemplo, também será um dificultador. Ana Carolina responde que em nenhum momento se pensou em desconsiderar tudo o que a comissão de formação elaborou e que se o pleno decidir por manter o curso 100% online, isso será respeitado. Entretanto, ela pondera que o recurso precisa ser utilizado e também afirma que o programa de ensino não vai ser alterado. Rosaura ressalta que a prioridade na execução desse curso não é “gastar o recurso em sua totalidade” e sim proporcionar essa formação conforme mencionada no início da reunião. Rosaura ainda lembra que a Gerência da Mulher terá que auxiliar muito na questão de solicitar liberação dos demais secretários de estado para que autorizem suas servidoras a frequentarem as aulas, uma vez que será durante o horário de expediente. Rosaura ainda pondera que se o curso for híbrido, poderá dificultar o acesso das próprias professoras também, lembrando que o maior objetivo é atingir aqueles municípios que não possuem conselho dos direitos da mulher e a mobilização das alunas precisará ser intensa para o efetivo preenchimento das vagas. Ana Carolina pede desculpas pela sua colocação anterior e reitera que sua intenção era facilitar a otimização do recurso, e que o momento agora é fazer andar o processo porque os trâmites burocráticos implicam diretamente na postergação do início das aulas. Sheila sugere que pode ser deixado no TR na parte do critério das alunas inscritas, que essas alunas, caso não sejam conselheiras, se abra a possibilidade de elas serem pessoas interessadas nas políticas públicas para mulheres. Ana reforça que assim que o TR for finalizado pela Débora, será encaminhado para análise de todas as conselheiras. Gláucia reforça o que já foi dito anteriormente e concorda em manter o curso online. Rosaura demonstra preocupação tendo em vista o prazo de execução do curso e o



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

número reduzido de alunas inscritas, reiterando que citou ampliar para outros públicos justamente para aumentar o número de inscrições, reforçando ainda que o objetivo principal do curso era fomentar a criação de conselhos naqueles municípios que ainda não possuem. Então Rosaura apresenta duas propostas: a 1ª destinar duzentos mil reais para o curso atual e os outros duzentos mil para um curso de capacitação com corpo docente diferente. Sheila lembra que a proposta para o curso atual já falava em capacitar conselheiras do controle social e poderiam ser conselheiras do conselho da saúde; da educação, da criança e do adolescente e da assistência social, pois são políticas transversais. Rosaura então retira a sua proposta de um segundo curso e concorda em ofertar as vagas do primeiro curso para conselheiras de outros conselhos de direitos, ressaltando que será necessário atingir aqueles municípios que ainda não possuem conselhos dos direitos da mulher e para isso será essencial o auxílio da FECAM e da Assistência Social. Rosaura reitera que agora é o momento de sensibilização para outros conselhos e após a definição de datas, será feita a divulgação. Em relação ao número de alunas por turma, ficou deliberado que Gláucia fará uma consulta ao corpo docente e destaca que seria importante deixar duas professoras de *stand by* caso alguma não tenha disponibilidade para dar a aula e precisará ser substituída. Romi sugere que seja criado um *drive* de acesso ou um grupo no *telegram* para que os materiais possam ser disponibilizados para as alunas. Débora responde que toda a parte de acordos com as professoras será feita pela ENA via coordenação pedagógica, que será remunerada e em relação ao material a ser disponibilizado, este será feito via plataforma *Moodle* da ENA. Débora destaca que nesse novo TR já está definido que as professoras irão receber por módulo e não ao final do curso. Como encaminhamento ficou definido que será feito uma consulta com as professoras sobre o número de alunas; a Débora atualizará o TR e encaminhará para análise das conselheiras e dia 16 de março será feita a plenária extraordinária para alinhar o processo. Débora informa que dia 17 já encaminhará a versão final para a GECON e a partir daí, cada setor terá até cinco dias para responder ao processo no SGPE. Erli coloca comissão de formação para auxiliar na elaboração do TR e é essa comissão que vai coordenar a plenária. Passou-se para o próximo ponto. **5.**



Planejamento posse das novas Conselheiras. Carol (1h43min) relata sua preocupação em relação ao atraso da publicação no Diário Oficial do Estado, do ato das nomeações de novas conselheiras por parte da Secretaria da Casa Civil, citando exemplos de dois conselhos estaduais que estão inativos por conta disso e informa que a futura conselheira representante da SEA, Luciane dos Passos, está auxiliando no contato com a Casa Civil visando acelerar os trâmites. Luciane informa que está recebendo apoio do Secretário Adjunto da SEA no contato com a Casa Civil. Carol questiona o formato da cerimônia de posse, se as conselheiras preferem online; híbrida ou 100% presencial e se querem a execução do hino nacional também durante a cerimônia. Rosaura relata que prefere presencial, justamente devido à importância da posse, mas que o percurso deverá ser custeado pelo Estado para aquelas conselheiras que residem fora da Grande Florianópolis. Rosaura também lembra que após a cerimônia de posse, onde ainda precisará ser discutida a ordem das falas, será necessária a eleição da nova Mesa Diretora. Sheila destaca que a posse é feita em dois momentos, no 1º é feita a última plenária da atual gestão, onde será aprovada a ata da data de hoje e as demais pautas e no 2º momento é realizada a posse das conselheiras dada pela secretária e em relação ao hino acredita que não faz sentido se for no formato virtual. Sheila ainda destaca que o cerimonial deve ser encaminhado em formato PDF para todas as conselheiras serem informadas de como se darão esses momentos. Sheila se coloca à disposição para auxiliar na organização da posse. Rosaura sugere que se faça uma enquete questionando quem irá participar e em qual formato prefere e que a Carol coloque as orientações por escrito em relação ao pagamento de diárias e fornecimento de passagens terrestres. Gláucia sugere que seja feito um convite para todas participarem de forma presencial com a opção de quem estiver impossibilitada que possa participar de forma híbrida. Erli sugere que essa enquete seja feita via grupo do *whats'up*. Rosaura sugere que algumas pessoas importantes para o CEDIM sejam convidadas para a posse tais como: Dr. Douglas Martins do Centro Operacional de Saúde Pública do MP/SC; Deputadas da Bancada Feminina atual e as anteriores (Deputada Marlene e Deputada Ada); Simone Rodrigues, Coordenadora de Políticas de Atenção Integral às Pessoas em Situação de



Violência de Blumenau; Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos; Procuradoria da Mulher do Estado; Dra. Anne da Defensoria Pública, representando o NUDEM; Profª Teresa Kleba do Observatório da Alesc; e que seja oferecido um coffee break. e aponta a importância de usar a camiseta do CEDIM quem tiver. Carol informa que irá questionar o setor de eventos da SAS para ver a possibilidade do coffee break e todas concordaram que caso não tenha, será feita uma “vaquinha” do lanche. Rosaura sugere também um momento de abertura cultural com leitura de um poema ou uma música. Ato contínuo. **6. Retorno reunião Secretária Carmen Zanotto.** Carol (2h11min) recorda o que foi tratado na última plenária extraordinária para poder explicar o porquê do convite à Secretária Carmen Zanotto para participar de uma próxima reunião. Carol lembra que no ano passado o CEDIM encaminhou ofício solicitando reunião com o Conselho Estadual da Saúde para apresentar a minuta do protocolo ILG, no entanto até a presente data o conselho nunca respondeu. No entanto, a SES encaminhou um ofício ao CEDIM em janeiro de 2023 informando que não cabe ao CEDIM criar protocolos sobre esse tema e sim ao próprio poder executivo, nesse caso a SES. Sendo assim, as participantes da plenária extraordinária sugeriram uma reunião com a secretária Carmen para esclarecer essa situação. Carol informa então que fez contato com as assessoras da secretária e está aguardando o agendamento assim que ela tiver horário disponível. Sheila e Rosaura questionam que se o CEDIM não pode elaborar, quem fará então? Fica deliberado que o documento seguirá para consulta pública e será apresentada a demanda para o Poder Executivo; Ministério Público e Poder Legislativo. Passou-se para o próximo ponto. **7. Retorno Projeto Reforma Administrativa.** Carol (2h17min) recorda que na última plenária ordinária ficou definido que o CEDIM encaminharia um ofício para o gabinete da SAS solicitando uma cópia do projeto para verificar como ficará na estrutura da secretaria a política para mulheres, tendo em vista que o termo mulher ganhou destaque no novo nome da secretaria. Carol relata que o ofício já foi enviado, porém ainda não foi respondido. Carol informa ainda que durante uma conversa informal com a assessora de gabinete, esta relatou que a proposta nem chegou na SAS, que o que foi encaminhado para a Alesc foi apenas a mudança de nome da secretaria. Que após essa aprovação, aí sim



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

será tramitado um projeto de lei complementar que poderá mudar algo na estrutura organizacional. Carol também afirma que fez contato com a assessora da Deputada Luciane Carminatti pedindo informações do projeto assim que ele chegar na assembleia. Sheila esclarece que se o nome da secretaria mudou e hoje a Gerência da Mulher está vinculada à Diretoria de Direitos Humanos, na nova estrutura deveria ser no mínimo então uma Diretoria da Mulher. Rosaura complementa que o CEDIM vai lutar hoje por uma Diretoria da Mulher mas em breve por uma Coordenadoria e por fim uma Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres, uma vez que no atual momento já foi conquistado um Ministério da Mulher. **8. Comissões: 8.1 Comissão de Comunicação:** Carol (2h24min) informa que a Romi está auxiliando muito na divulgação dos convites para o fórum dos conselhos municipais e para o fórum dos conselhos estaduais de direitos. **8.2 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento.** Carol (2h 25min) relata preocupação com a resposta que deve ser encaminhada conforme última diligência do TCE. Carol ainda ressalta que já pediu prorrogação do prazo para resposta junto ao auditor, mas que agora não há mais prazo e a resposta precisa ser encaminhada o quanto antes. Sheila relata que irá contribuir com a resposta ainda essa semana. **8.3 Comissão de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Carol (2h26min) relata que durante a plenária extraordinária do dia 23 de fevereiro, as conselheiras que participaram assim como as integrantes convidadas do GT ILG solicitaram um prazo maior para concluírem a atualização do documento final. Rosaura ressalta que seria importante o auxílio da conselheira Rejane para elaborar a resposta do TCE. **8.4 Comissão Eleitoral.** Carol informa que será extinta no momento da posse. **8.5 Comissão de Formação.** Tema já tratado no item 4 da pauta da plenária. **8.6 Comissão Intersetorial - Pacto Estadual Maria da Penha.** Carol (2h32min) relata que seria importante retomar a agenda das reuniões do Pacto já na próxima gestão do CEDIM e informa que a Paola do gabinete da Deputada Luciane está cobrando essa agenda. Em relação à reunião do Observatório realizada dia 13 de fevereiro, Carol informa que de acordo com o planejamento organizado, esse ano de 2023 tanto o CEDIM quanto a SAS irão ser cobrados em relação aos dados da violência contra as mulheres. Rosaura destaca que para a próxima gestão precisarão ser



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

nomeadas as novas conselheiras que irão compor as comissões, GTs e demais espaços de trabalho em que o CEDIM está. Em relação ao fórum dos conselhos municipais, Rosaura solicita a presença das conselheiras estaduais para fazer o acolhimento das conselheiras municipais e solicita que a comissão de comunicação quando for fazer uma postagem nas redes sociais que marquem as conselheiras para facilitar a propagação da divulgação. Ato contínuo. **9. Informes gerais.** Carol (2h52min) informa que caso o conselho queira, será disponibilizado um canal exclusivo para o CEDIM no Youtube. Assim as plenárias poderão ficar gravadas nesse canal e transmitidas ao vivo. Ficou aprovada por todas a autorização para criação do canal. Outro informe que a Carol falou foi em relação à devolutiva do Ofício que a Diretoria da Polícia Civil encaminhou ao CEDIM dia 27 de fevereiro respondendo sobre as situações envolvendo as denúncias da DPCAMI de São Bento do Sul e a de Joinville. No ofício foi informado que as obras de Joinville irão começar em breve assim como a finalização do edital para contratar delegados e psicólogos policiais via concurso público. Débora pede a palavra para divulgar a programação do mês da mulher na SAS e também para informar que sua gerência agora conta com uma técnica efetiva para auxiliar nas atividades da equipe, a Paola. Erli ressalta que durante as viagens das unidades móveis, será importante resgatar os relatórios já produzidos em viagens anteriores. Sheila corrobora com a fala de Erli e destaca que o projeto das unidades móveis precisa se tornar uma política pública, coordenado pela Gerência da Mulher. Débora solicita os contatos que foram feitos na época e Sheila e Erli comentam que tudo foi escrito nos relatórios e que isso precisa ser resgatado, mas Erli se compromete em encaminhar cópias dos relatórios. Rosaura destaca mais uma vez a importância do CEDIM ter uma sede própria, com sua biblioteca para poder organizar seus documentos e evitar extravios. Por fim, Rosaura convida todas a participarem do evento na Alesc sobre o projeto de lei dos grupos reflexivos dia 07/03 às 19h. **10. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 02ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2023. Eu, Carolina, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

https://drive.google.com/file/d/1ia50bJ5NNiYbn7RkE8MMMxznwL3fpVAj/view?usp=share_link



Assinaturas do documento



Código para verificação: **4II9K46U**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS (CPF: 036.XXX.509-XX) em 05/04/2023 às 16:35:23

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzlwMjFfNEIJOUs0NIU=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **4II9K46U** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.